

“Associativismo, profissões e políticas públicas – III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero”

Sessão temática: **1. Trabalhadoras e militantes: questões de gênero no trabalho e nos movimentos sociais**

Título do trabalho: **A construção social do gênero e o rompimento do caráter assexuado das relações de trabalho**

Autor: Marcelo Rodrigues Lemos
Co-autora: Eliane Schmaltz Ferreira

Goiânia
Setembro, 2010

A construção social do gênero e o rompimento do caráter assexuado das relações de trabalho

Autor: Marcelo Rodrigues Lemos¹
Co-autora: Eliane Schmaltz Ferreira²

Resumo: Este ensaio parte de contribuições teóricas das autoras Elizabeth Souza-Lobo, Magda de Almeida Neves e Helena Hirata e tece reflexões referentes à desconstrução do caráter assexuado das relações de trabalho; destacando que as relações estabelecidas no processo produtivo dependem diretamente do sexo dos trabalhadores. A elaboração criteriosa de conhecimentos relativos à divisão sexual do trabalho, com avanços na problematização dos estudos acadêmicos destinados à temática, permite que relações concretas de desigualdade, opressão e discriminação da força de trabalho feminina sejam reveladas e, em certa medida, superadas. Ao articular teoricamente as categorias analíticas gênero e trabalho, delimitou-se as décadas de setenta, oitenta e noventa para o balanço crítico sobre os estudos brasileiros de Sociologia do Trabalho.

Palavras-chave: gênero, problemática, trabalho.

Introdução

As relações de trabalho se destacam como categoria interpretativa importante, em análises acerca de diferentes perspectivas que se centram no processo de trabalho, nos trabalhadores, em formas de tecnologia que dinamizam a produção, nas condições históricas e estruturais que configuram a exploração do trabalhador. Já os estudos que utilizam a categoria gênero iniciaram na academia brasileira de forma recente, a partir da década de setenta, com influência decisiva do Movimento Feminista. Assim, a imbricação dessas categorias revela um terreno fértil para análises nas diversas áreas das Ciências Sociais.

O processo de reestruturação produtiva ocorrido nas últimas décadas, com a proposta de disseminação de novas tecnologias de informação, bem como de práticas novas de gestão e controle do trabalho, foi um dos grandes fatores potencializadores da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. As forças produtivas se alteraram substancialmente com a lógica de acumulação flexível do capital. As lutas pela emancipação feminina, a queda da taxa de fecundidade e a melhora do nível escolar propiciada pela transformação cultural ocorrida no Brasil a partir dos anos sessenta, o que elevou o número de mulheres nas universidades, também permitiram maior participação feminina no mercado de trabalho; elas puderam sair da esfera privada do lar e adentrar nas relações produtivas do trabalho. Cabe ressaltar que, de modo geral, a inserção feminina veio associada a uma lógica de precariedade. Assim, em muitos casos as mulheres se inserem no mercado de trabalho na perspectiva das subcontratações, empregos temporários, terceirização; como bem chamam atenção os estudos sobre gênero voltados para a subordinação histórica das mulheres no trabalho.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Aluno bolsista CAPES. E-mail para contato: marcelo.lemos@hotmail.com.

² Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta IV do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Por meio de um resgate histórico percebe-se que a elaboração do conceito de gênero emergiu nos anos setenta influenciada por antropólogos e sociólogos embasados no momento histórico do movimento das mulheres. Foi necessário inicialmente dar visibilidade à construção histórica e cultural do chamado “sexo social” (gênero) em detrimento do fatalismo e do naturalismo, os quais remetiam as representações da mulher às perspectivas inferiores orientadas por questões biologizantes. (HIRATA & KERGOAT, 1999).

O campo temático atualmente definido por “estudos de gênero” foi precedido historicamente pelos “estudos sobre a mulher”, confirmando a alteração gradual do movimento social para a esfera acadêmica. Nos anos em que os Movimentos Feministas sobressaíram, os “estudos sobre as mulheres” foram dominantes; já os “estudos de gênero” conotam a entrada de uma perspectiva analítica na academia. Assim, não se trata mais de apenas denunciar a opressão feminina, mas de compreender, teoricamente, o caráter “sexista” de nosso conhecimento e o perigo das generalizações. Hoje, encontram-se mais estudos de gênero do que estudos sobre as mulheres, o que possibilita reflexões também sobre o gênero masculino e paternidades. (MORAES, 2000:95 e 96).

Helena Hirata e Daniele Kergoat (1999) consideram as relações sociais de classe e sexo como relações fundamentais presentes na estruturação da sociedade. Dessa forma, refletir sobre as temáticas gênero e trabalho mostra-se importante, uma vez que a categoria trabalho, bem como as relações de gênero, pensadas de maneira relacional, “entram em qualquer aspecto da experiência humana, sendo elementos constitutivos dela” (FLAX, 1991:220), edificando relações sociais.

Portanto, o desafio neste estudo é produzir um conhecimento sobre o trabalho feminino e masculino e a posição que ambos ocupam no processo produtivo, livre de noções e idéias simplistas pré-estabelecidas. O conceito de gênero pode auxiliar esta tarefa, ao se destacar como categoria analítica chave para estudos sobre as condições históricas dos sexos.

Conceituando gênero

Várias autoras colaboraram para a elaboração do conceito e o uso da categoria analítica gênero, dentre elas Joan Scott (1990), Teresa de Lauretis (1994), Judith Butler (2003). Chama-se atenção, aqui, para o conceito desenvolvido por Jane Flax (1991). Sabe-se que as relações de gênero implicam em relações variadas e simultaneamente relacionadas entre homens e mulheres frente aos diferentes aspectos da vida social, dentre eles o trabalho. Como aponta Jane Flax: “na perspectiva das relações sociais, homens e mulheres são ambos prisioneiros do gênero, embora de modos altamente diferenciados mas inter-relacionados.” (FLAX, 1991:229). Assim, a inter-relação entre homens e mulheres sob a perspectiva de gênero conduz a relações sociais relacionais e articuladas entre si.

Para a autora, as relações de gênero estabelecidas no Ocidente moderno são marcadas por relações de poder e dominação, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos. Com isso, o gênero faz referência às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, as quais são produto de uma construção social e histórica do papel masculino e feminino. A autora ainda considera as relações de gênero como uma categoria que engloba relações sociais, sendo, tal categoria, relacional; formada por partes interdependentes que se relacionam entre si.

Cabe ressaltar que as diferentes relações sociais pelas quais os indivíduos fazem parte e são submetidos, são responsáveis pelo estabelecimento do que vem a ser “homem” ou “mulher”. Desse modo, o termo “relações de gênero”, do modo como é trabalhado no campo teórico das Ciências Sociais, denota uma percepção culturalista perante o não reconhecimento

de uma essência abstrata universalizante feminina ou masculina; seriam os fatores culturais os responsáveis por moldar homens e mulheres. Ou seja, as relações sociais orientadas por estruturas de poder diferenciadas entre si culturalmente teriam maior peso na diferenciação do que hoje chamamos “homem” e “mulher” em comparação ao fator biológico. (MORAES, 2000).

Assim, as relações de gênero designam um núcleo complexo de relações sociais e um conjunto mútuo de processos históricos e sociais variáveis. O gênero como categoria analítica e processo social é relacional. As relações de gênero são processos complexos e instáveis formados de partes inter-relacionadas e inter-dependentes. Estabelecem, também, capacidades humanas diferenciadas e assimétricas. Por meio das relações de gênero, dois tipos de pessoas são forjados: o homem e a mulher; os quais são apresentados como excludentes. Somente se pode pertencer a um gênero, nunca ao outro ou a ambos. Além de que épocas e culturas são responsáveis por alterar o conteúdo e a rigidez das categorias homem e mulher. De modo geral, as relações de gênero têm sido definidas como relações de dominação e (precariamente) controladas por um de seus aspectos inter-relacionados: o homem. (FLAX, 1991:228).

Sendo assim, seguindo a perspectiva adotada por Flax, nota-se que pensar, por meio da articulação das categorias gênero e trabalho, as atividades desenvolvidas por homens e mulheres perante a esfera produtiva é viável, uma vez que se adota, aqui, o caráter relacional e estruturante das relações de gênero. Ao utilizar-se a perspectiva analítica relacional empreendida por Flax, pretende-se visualizar o universo feminino e masculino frente aos segmentos do trabalho, tornando a análise mais abrangente ao não se restringir o foco interpretativo a um dos sexos.

Conceituando trabalho

Acerca do conceito de trabalho não há um consenso; pois ele pode determinar atividades diferenciadas em sociedades e momentos históricos também diferentes. É por meio do trabalho que os seres humanos satisfazem suas necessidades e também concedem forma e sentido ao mundo concreto (MOREIRA, 1998). Em um sentido ampliado, trabalho “é o esforço humano dotado de um propósito [que] envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas.” (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996:773).

Sabe-se que a definição do trabalho implica em atividades qualificadas e não-qualificadas, além de distinções entre trabalho direto (produtor de bens de consumo) e indireto (produtor de bens de produção). Também é preciso frisar que no modo de produção capitalista existem os empregadores, os quais possuem meios de produção, e os empregados, que vendem suas forças de trabalho.

Pode-se assinalar na estrutura social diferentes tipos de trabalho, como o trabalho escravo, o servil e o assalariado. Nesta análise, o que se destaca é o trabalho assalariado. Em tal regime de trabalho encontra-se trabalhadores livres que se submetem voluntariamente aos postos de ocupação, por meio de regimentos de contratos coletivos. No trabalho assalariado o serviço é regido por normas formais, uma vez que existem direitos e deveres próprios que asseguram as partes envolvidas. (CARVALHO, 1973).

A articulação das categorias analíticas gênero e trabalho

Ao abordar o trabalho articulado à categoria gênero, o interesse é trazer à cena os sujeitos: homens e mulheres nos espaços produtivo e reprodutivo, pois

o trabalho, como ato primeiro do homem sobre o seu meio, é uma atividade que não se faz de qualquer forma, ela sugere uma ordem, uma duração, tem suas normas e se

realiza dentro de um espaço que se concretiza pelas interações e relações com as pessoas. É nesta “coreografia” que os sujeitos inscrevem sua presença no mundo e suas relações com os outros. (MOREIRA, 1998:242).

O objeto neste estudo é fazer uma análise da articulação gênero e trabalho na produção bibliográfica brasileira, nos anos setenta, oitenta e noventa. A escolha de tais décadas deve-se ao fato de que o final dos anos setenta e início dos anos oitenta foi marcado pelo processo de intensificação da industrialização brasileira, com o concomitante processo de exclusão da força de trabalho das mulheres nos segmentos econômicos mais modernos; restringindo a atuação delas ao setor de serviços menos qualificados.

Contudo, verifica-se que a ocorrência da inserção e expulsão das mulheres no mercado de trabalho se dá de modo complexo e não linear. Com isso, um dos esforços dos estudos sobre a articulação gênero e trabalho é justamente buscar o entendimento desta complexidade.

Nota-se, ainda, que em meados dos anos oitenta, na conjuntura dos processos de globalização, reestruturação produtiva e flexibilização, receberam destaque fenômenos significativos de feminização da força de trabalho em certos segmentos industriais e agro-industriais em diversos países. Com isso, reafirma-se a necessidade de se analisar o trabalho feminino diante a dinâmica estabelecida nas décadas de oitenta e noventa de acumulação flexível.

De maneira significativa, no Brasil e em vários países, as trabalhadoras estão atuando em setores econômicos diversos; seja de forma mais perceptível em grandes empresas formais, nas quais ocupam as pontas das cadeias produtivas, ou de modo menos visível em inúmeros segmentos de subcontratações.

Nos anos noventa, por influência das PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio), o Brasil incorporou ao conceito de trabalho as ocupações realizadas em domicílios que são remuneradas em valor monetário ou por benefícios. Incorporou também as atividades sem remuneração desenvolvidas durante no mínimo uma hora na semana, na unidade domiciliar, em instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo; seja como colaborador, aprendiz ou estagiário.

No novo conceito de trabalho caracterizam-se, portanto, as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e na produção para o próprio consumo. O maior refinamento do conceito favorece a mensuração mais adequada das atividades econômicas desempenhadas por mulheres. (BRUSCHINI, 1998:288).

Assim, as ponderações levantadas dão sustentação à escolha das décadas de setenta, oitenta e noventa para serem estudadas de acordo com a produção bibliográfica realizada no Brasil neste período sobre a articulação das categorias gênero e trabalho. Nota-se que o gênero é uma categoria útil para a análise do social, o que o proporciona status privilegiado nas interpretações realizadas sobre as relações de trabalho.

Para a análise da produção bibliográfica nacional acerca da articulação gênero e trabalho, foram selecionadas as pesquisas de autoras brasileiras que representam as três décadas assinaladas. Dentro das problemáticas da Sociologia do Trabalho que utilizam o gênero como categoria interpretativa, as debatidas neste estudo são: a divisão sexual do trabalho, a imbricação entre produção e reprodução, o uso do gênero em pesquisas sobre trabalho, a divisão sexual do trabalho relacionada com elementos contemporâneos que dinamizam a produção. Assim, é interesse deste ensaio a verificação da contribuição de Elisabeth Souza-Lobo, Magda de Almeida Neves e Helena Hirata, por encontrar nas pesquisas destas autoras o enfrentamento de tais problemáticas; além de que elas são referências centrais para o avanço dos estudos de gênero e trabalho no Brasil.

Souza-Lobo, Magda Neves e Helena Hirata: gênero e trabalho entre as décadas de 70 a 90

Os apontamentos aqui desenvolvidos indicam considerações importantes sobre o uso da categoria analítica gênero articulada aos processos do trabalho. Nessa direção, as três autoras selecionadas Elisabeth Souza-Lobo, Magda de Almeida Neves e Helena Hirata trabalham com tal articulação.

Souza-Lobo: uma pioneira nos estudos de gênero e trabalho

Elisabeth de Souza-Lobo Garcia costumava assinar seus textos simplesmente como Elisabeth Souza-Lobo. Nasceu em 1943, em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Formou-se em Letras ainda no sul, morou no Chile e na França, onde obteve seu título de doutora na Universidade de Paris VIII, no ano de 1979. No Brasil foi filiada ao Partido dos Trabalhadores vinculando militância política e exercício acadêmico. Ao longo de sua carreira como docente, lecionou em Piracicaba na UNIMEP, na UNESP de Marília, na USP, e no Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho da UNICAMP. Foi pioneira nos estudos de gênero e trabalho na academia brasileira ao desenvolver, na década de setenta, estudos empíricos com trabalhadores e trabalhadoras em fábricas automotivas. Souza-Lobo faleceu em 15 de março de 1991, vítima de um acidente de carro em João Pessoa (PB), onde realizaria palestras e daria seqüência às suas pesquisas sobre relações de gênero nos movimentos sociais no campo.

A junção gênero e trabalho é feita por Souza-Lobo em seu livro “*A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*”, de modo a questionar a empregabilidade do gênero perante três categorias de estudo da Sociologia do Trabalho: a modernização e divisão sexual do trabalho; a qualificação e subjetividade do trabalhador; o gênero na Sociologia do Trabalho. A idéia defendida ao longo de sua argumentação é a de que, mesmo de modo ainda incipiente, o gênero, enquanto categoria analítica, já estava sendo utilizado em alguns estudos acerca do trabalho desde a década de setenta, com ênfase nas abordagens sobre o trabalho feminino na fábrica e divisão sexual do trabalho.

A autora propõe uma Sociologia preocupada com a análise das várias dimensões das relações de trabalho, dentre elas aquela que se preocupa com a multiplicidade de sujeitos envolvidos no processo produtivo ou ainda, com a individualidade, subjetividade e identidade dos (as) trabalhadores (as).

Percebe-se, com isso, que Souza-Lobo (1991) não sugere que a utilização da categoria gênero nas interpretações acerca da esfera do trabalho querem apenas negar a indiferenciação de classe ou o caráter sexuado das relações sociais, pois a autora revela que o uso do gênero permite também abordagens relativas às práticas coletivas.

A simpatia com o pensamento de Joan Scott aponta a preocupação de Souza-Lobo com o sexo dos atores, uma vez que as relações de trabalho, enquanto relações sociais, carregam consigo relações de poder entre os sexos. Durante a análise de seus textos indicados, percebe-se com facilidade a utilização do conceito de gênero marcado pela influência de Scott; na medida em que Souza-Lobo destaca, em vários momentos de seus estudos, a necessidade de se abandonar estruturas conceituais deterministas e se valer da perspectiva de gênero enquanto construção social, histórica e cultural que implica em relações de poder entre homens e mulheres.

De acordo com a autora, a elaboração da categoria analítica gênero se dá em diversos espaços como a família, mercado de trabalho, instituições sociais e mesmo nas subjetividades. Em tais espaços pode-se perceber a questão apontada por Joan Scott (1990) de que relações de gênero são também relações de poder, ao estabelecerem diferenças, assimetrias e hierarquias perante os sexos. Para ambas, a dominação de gênero, revestida de relações de poder, é inexplicável segundo fatores de ordem biológica.

Souza-Lobo destaca a necessidade de não se reduzir as trajetórias masculinas e femininas à identidades cristalizadas pela história e reitera a importância de avaliação das formas como são construídas as relações de gênero. Também se mostra preocupada, sem desconsiderar a relevância, em relação à psicanálise na elaboração do conceito de gênero, uma vez que corre-se o risco de reduzir experiências que se dão ao nível coletivo à fatores individualizantes. Por isso, as interpretações baseadas no gênero devem considerar as variadas lateralidades sociais que estão presentes nas esferas pública e privada. Nas palavras de Souza-Lobo,

os estudos mais atentos à problemática das relações de gênero, e não apenas à descrição do sexo dos atores sociais, suscitariam a questão da articulação da vida privada e vida pública, focalizando as práticas tradicionais de mulheres e homens nos espaços que ocupam na sociedade e nas relações que estabelecem com as instituições e o Estado. (SOUZA-LOBO, 1991:189).

Magda Neves e as relações de gênero no trabalho

Magda Maria Bello de Almeida Neves se graduou em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1968. Concluiu seu mestrado no ano de 1983 em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Com a orientação de Elisabeth Souza-Lobo fez doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, tendo passado, neste período, pela França para aprofundamento de seus estudos com auxílio de Danielle Kergoat. É professora aposentada do Departamento de Ciência Política da UFMG e atualmente é professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Coordena o grupo de pesquisa CNPQ - Trabalho e Cidade. Realiza pesquisas no campo da Sociologia do Trabalho, perante as temáticas do trabalho, reestruturação produtiva, trabalhadores, relações de gênero, cidadania e sindicalismo.

Associações entre o pensamento de Souza-Lobo e Magda Neves podem ser feitas segundo pontos convergentes. Para ambas, os atuais estudos sobre o trabalho feminino elucidam como a história dos operários ignorou a presença feminina, relegando às mulheres posições marginais na constituição da classe trabalhadora (Souza-Lobo) e mesmo nos sindicatos (Magda Neves).

As duas autoras destacadas também se preocupam com a possibilidade da criação de um grupo teórico isolado no interior das Ciências Sociais, destinado às reflexões sobre mulheres e gênero. O fato seria prejudicial na medida em que não se pode explicar o gênero isoladamente, pois este se remete ao amplo conjunto das relações sociais e históricas, que envolvem também o poder e relações de dominação.

Pelas idéias de Magda Neves pode-se perceber que há uma ampliação do debate acadêmico referente às relações de gênero e trabalho. Para a autora, o gênero é definido mediante uma construção histórica e social, na qual relações complexas e de poder estão diretamente envolvidas, colocando as mulheres em posições inferiores. Assim, é nítido o quanto Neves está criticando os fatores biológicos como suficientes para a definição do feminino e do masculino, bem como a noção de classe trabalhadora enquanto categoria

totalizante, atemporal e assexuada; aqui também é possível consonância com o pensamento de Souza-Lobo.

As concepções analíticas clássicas e anteriormente encontradas articulavam o trabalho aos sexos da seguinte forma: a esfera masculina estaria relacionada ao trabalho produtivo assalariado bem como à vida pública; e a esfera feminina se voltaria ao trabalho doméstico (tido como improdutivo) e conseqüentemente à vida privada e à reprodução. Quando as mulheres participam da esfera “destinada aos homens”, percebe-se que elas estão em contextos de desigualdade, dominação e opressão. Aqui se encontra claramente a inserção da problemática produção-reprodução, articulando os homens à produção (que compreende os processos do capital e do trabalho na constituição da mercadoria) e as mulheres à reprodução (pensada enquanto reprodução da vida e da força de trabalho do trabalhador enquanto tal).

Segundo as reflexões sobre sindicalismo e gênero, desenvolvidas por Neves, é necessário, por parte das mulheres, uma participação mais efetiva nos sindicatos. Contudo, pode-se concluir que a dificuldade de atuação das mulheres em sindicatos trabalhistas, é reforçada pela idéia de que o espaço público e a ação política são exclusivas dos homens, e pelo acúmulo de tarefas, resultando na dupla (casa/trabalho) ou tripla (casa/trabalho/sindicato), jornada de trabalho.

Mais um ponto de contato entre Magda Neves e Souza-Lobo é possível. A primeira trata do sindicalismo e a segunda emprega a expressão “movimentos sociais”, mas ambas estão preocupadas em afirmar que as mulheres também são agentes sociais ativas, reflexivas e reivindicativas sobre suas experiências e condições de vida e trabalho. Desconstruindo a representação de que apenas homens são atuantes nos movimentos sociais/sindicatos.

Outra autora a influenciar Magda Neves é Helena Hirata, a qual parte de um contexto que suprime as diferenças de sexo e de classe para propor abordagens inversas que justamente inter-relacionam empresa e sociedade, articulando trabalho assalariado e doméstico. Para Hirata, existe uma associação entre divisão sexual do trabalho e técnicas tayloristas de produção.

Assim, o taylorismo enquanto elevação da divisão do trabalho, fracionando as etapas da produção em tarefas demasiadamente especializadas, seria impensável sem a divisão sexual do trabalho, uma vez que a forte disciplina e controle dos corpos oriundas do racionalismo do trabalho proposto por métodos tayloristas estão, direta e primeiramente, relacionados às operárias. O rigor e disciplinamento no local de trabalho entre as mulheres são facilitados pelo fato de que são socializadas tendo por base a docilidade e obediência.

A atualidade do debate: Helena Hirata e suas visões

Nascida no Japão em 1946, Helena Hirata foi criada no Brasil e posteriormente, após 1971, radicada na França. É formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo, no ano de 1969. Obteve seu título de doutora pela Universidade de Paris VIII, em 1979. Atualmente é diretora do Centro Nacional de Pesquisas Científicas em Paris, co-diretora de estudos de gênero e relacionamentos sociais e professora da Universidade Paris VIII. A socióloga é referência nos estudos sobre gênero e trabalho, acumulando pesquisas comparativas entre Brasil, França e Japão.

Com Helena Hirata tem-se o debate sobre temas atuais, iniciados na década de noventa que repercutem fortemente nos anos 2000 (como as concepções de globalização, reestruturação produtiva, flexibilização e tecnologia), articulados à divisão sexual do trabalho. A qual, segundo ela, é intensificada por todos estes elementos cunhados à luz da noção de modernização.

O debate em torno da divisão sexual do trabalho, implementado por Hirata, traz conclusões significativas no que diz respeito à posição das mulheres no setor produtivo. Por meio das máximas ideológicas patronais, tem-se a “proibição” do emprego feminino em certos ramos, em virtude dos trabalhos perigosos, pesados e insalubres, mas a autorização ante trabalhos leves e limpos.

Assim, a divisão do trabalho tende a crescer com a evolução da tecnologia, tanto no nível da divisão sexual do trabalho, quanto na separação entre trabalho manual e intelectual. Nota-se, também, processos de superqualificação e desqualificação da força de trabalho, que se elevam com uma divisão sexuada dos postos empregatícios.

Para Hirata, as mudanças e inovações no processo produtivo, fomentadas pela tecnologia, não têm as mesmas implicações sobre as mulheres e sobre os homens; tanto em países bastante industrializados e totalmente inseridos na dinâmica da globalização, quanto nos países que ainda estão em desenvolvimento.

Salários inferiores são pagos às mulheres, pois se entende que a renda obtida por elas é apenas complementar em relação a dos homens. Elas se inserem em postos de trabalho mais precários, sem qualificação e atípicos. Devem conciliar jornadas duplas de trabalho, ao passo que os fatores destinados à reprodução da força de trabalho, como as tarefas domésticas, são tidos como de responsabilidade feminina.

A tecnologia fomenta a criação de nichos profissionais específicos. Com isso, as atividades exercidas por trabalhadores e trabalhadoras frente ao mercado de trabalho brasileiro estão subdivididas entre setores de atividades econômicas. As trabalhadoras brasileiras encontram maiores opções de emprego na prestação de serviços, em elevado índice no setor social, que envolve serviços comunitários, além do ensino e serviços médicos. Já os homens exercem atividades em maior número no setor da indústria. Tudo isso se deve à representação de que as mulheres são delicadas e gentis, possuindo habilidades manuais e de cuidado. Já os homens são vistos como fortes para serviços pesados.

Entre Magda Neves e Helena Hirata pode-se perceber semelhanças, pois tratam do taylorismo e das inovações tecnológicas como impensáveis sem a divisão sexual do trabalho. Assim, a forte fragmentação dos postos de trabalho e o controle elevado sobre os operários e operárias, advindas dos preceitos tayloristas e a introdução da tecnologia intensificando a segregação sexuada de postos de trabalho são pressupostos convergentes entre as autoras.

Souza-Lobo indicou que nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta, a mulher ingressou no mercado de trabalho com insegurança, baixas qualificações e salários, e com altas taxas de exploração. Este contexto ainda é observado, ao passo que Helena Hirata afirma que nos anos noventa e 2000, os elementos tecnológicos inovadores potencializaram a participação feminina no trabalho, mas tal participação permanece na lógica dos empregos precários, temporários, terceirizados e sem garantias. Ambas também tratam da divisão sexual do trabalho enquanto procedimento que cria guetos profissionais específicos e sexuados. Sendo assim, as atividades exercidas por homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro estão subdivididas em setores de atividades econômicas.

Considerações Finais

Como apresentado, as relações estabelecidas no processo produtivo dependem diretamente do sexo dos trabalhadores. A elaboração criteriosa de conhecimentos relativos à divisão sexual do trabalho, com avanços na problematização dos estudos acadêmicos destinados à temática, permite que relações concretas de desigualdade, opressão e discriminação da força de trabalho feminina sejam reveladas e, em certa medida, superadas.

Acredita-se que todas essas análises colaboram para o processo que busca dar visibilidade ao trabalho das mulheres, bem como para o rompimento do caráter assexuado das relações sociais. Com isso, o principal objetivo deste artigo foi realizar reflexões referentes ao trabalho de homens e mulheres e sobre o lugar ocupado por eles ante o processo produtivo fora de concepções simplificadas e fatores naturalizantes que desconsideram os fatores sociais e históricos envolvido. Desafio que Souza-Lobo, Magda Neves e Helena Hirata procuraram/procuram enfrentar com o uso da categoria gênero nos estudos de Sociologia do Trabalho.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007 – (Série Trabalho e Sociedade).

_____. Um olhar de gênero. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

_____. e ABREU, Alice Rangel de Paiva. Gênero e trabalho na sociologia latino-americana. Uma introdução. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *O Caracol e sua Concha, ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo. 2005.

_____. *Os Sentidos do Trabalho, ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo. 2000.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro de e AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.17/18: Desafios da equidade. 2001/02.

BLASS, Leila Maria da Silva. Mulheres fora do lugar? In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.17/18: Desafios da equidade. 2001/02.

BLAY, Eva. *A participação da mulher na redemocratização*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina. 1984.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

_____. e LOMBARDI, Marisa Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.17/18: Desafios da equidade. 2001/02.

_____. e _____. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007 – (Série Trabalho e Sociedade).

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, Cristina e CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

CARVALHO, Irene Mello. *Introdução aos estudos sociais*. 9ª Ed. Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro. 1973.

CARVALHO, Marília Pinto de. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.5: Situando diferenças. 1995.

COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY, Andrée ... *et aL. O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COSTA, Rosely Gomes da. Trabalho, saúde e gênero na era da globalização. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.10: Gênero, tecnologia, ciência. 1998.

FLAX, Jane. (1987) Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.217-250.

GRÜN, Roberto. Conflitos de geração e competição no mundo do trabalho. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.13: Gênero em gerações. 1999.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.17/18: Desafios da equidade. 2001/02.

HAKIKI-TALAHITE. Fatiha. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVSKY, Andrée ... *et aL. O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. In: *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ, CFH/UFSC. 1999, vol. 7, pp. 93-100.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007 – (Série Trabalho e Sociedade).

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.17/18: Desafios da equidade. 2001/02.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: *Revista Latino-americana de estudos do trabalho*. Ano 3, n.6, 1997.

_____. Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. In: KARTCHEVSKY, André... *et al*. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

JIMÉNEZ, Martha Patrícia Ponce. Trabalho, poder e sexualidade: histórias e valores femininos. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, n°.5: Situando diferenças. 1995.

KARTCHEVSKY-BULPORT, André. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In: KARTCHEVSKY, André... *et al*. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAURETIS, Teresa de. (1987) A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In: *Crítica Marxista*, n°.11, São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, pp. 89-97.

MOREIRA, Eliana Monteiro. A regência do afetivo: laços familiares e reprodutivos. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

NEVES, Magda de Almeida. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero: anotações em torno do tema. In: *XII Encontro Anual da ANPOCS*. Águas de São Pedro. 1988.

_____. Relações de gênero e práticas sindicais. In: *XIV Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu. 1990.

_____. Relações de gênero e sindicalismo. In: *VIII Encontro ABEP*. 1992.

_____. Trabalho e relações de gênero: A experiência de trabalhadores em Contagem nos anos 70. In: *Outras falas ... em processo de trabalho*. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro, 1992. n. 2.

_____. Relação de gênero nos espaços públicos e privados: a experiência das trabalhadoras na CUT. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 10, n. 1/2, jan./dez. 1993.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, 2005.

_____. Notas sobre a mulher e a sua luta pela “igualdade substancial”. In: LUCENA, Carlos (Org.) *Trabalho, precarização e formação humana*. Campinas: Alínea, 2008.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

POSTHUMA, Anne Caroline. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

RISEK, Cibela e LEITE Marcia. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Editora 34, 2000.

RONCI, Donatella. Operárias divididas entre a casa e a fábrica. In: KARTCHEVSKY, Andrée ... *et al*. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrelli. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.10: Gênero, tecnologia, ciência. 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOTT, Joan. (1988) *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, v.16, n. 2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Teorias sobre trabalho e tecnologias domésticas. Implicações para o Brasil. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

SILVA, Susana Veleza da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. In: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. nº 262, 15 de noviembre de 2000.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____; HUMPHREY, John; GITAHY, Leda; MOYSÉS, Rosa. A “prática invisível” das operárias. In: KARTCHEVSKY, Andrée ... *et al*. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.17/18: Desafios da equidade. 2001/02.